



**SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

*Polícia Federal, Guardiã da Cidadania*

## **SINPEF INFORMA:**

**Ref: AGE da Fenapef realizada ontem, PEC 186 (Emergencial), reforma administrativa (PEC 32) e calendário de mobilizações e manifestações.**

Prezados (as) filiados (as), foi realizada na data de ontem (16/03), por videoconferência, uma AGE (*Assembleia Geral Extraordinária*) da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), seus 27 sindicatos estaduais, e representantes sindicais de todo o Brasil. Na Pauta, foi realizado um alinhamento estratégico e análise dos desdobramentos da aprovação da **PEC 186 (PEC Emergencial)**, além das perspectivas em relação à reforma administrativa (**PEC 32**), e seus impactos na carreira e salário dos Policiais Federais.

A reunião contou com presença e a fala do Deputado Sanderson, que participou da AGE virtualmente do seu gabinete.

O Presidente Boudens esclareceu a atuação dos deputados Aluísio e Sanderson, durante a votação da PEC emergencial. Informou que a atuação do Deputado Sanderson foi coerente e estratégica. Quando o Deputado Sanderson se levantou contra o governo no momento da votação do destaque 14, levou com ele vários deputados policiais, e, o destaque teve chance de ser aprovado, retirando a segurança pública do congelamento salarial imposto pela PEC. Mas, imediatamente, o Presidente da Câmara segurou a votação, e o governo entrou em campo com sua articulação política e reverteu / modificou o voto de vários deputados, o que já garantiria a vitória do Governo. Diante disso, se Sanderson insistisse em votar contra o governo, seria apenas “murro em ponta de faca”, perderia toda a interlocução atual a troco de nada, pois o jogo já estava ganho pelo governo. Restou ao Sanderson, aderir ao “acordo” proposto pelo Governo para salvar as progressões e promoções, e manter sua interlocução diante do Poder Executivo.



## SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

### *Polícia Federal, Guardiã da Cidadania*

Em relação à tramitação da PEC emergencial. Dos quatro pontos maléficos para os policiais, três foram derrubados graças ao trabalho parlamentar da Fenapef e demais entidades da segurança. Em relação ao congelamento de reajuste salarial, este só começaria a valer em 2025, permitindo negociação em 2021 para pagamento em 2022, e, há interpretações que permitiriam a recomposição inflacionária. Apesar do rolo compressor do Congresso Nacional que atropelou todo o trâmite regimental, e, em duas semanas aprovou uma PEC em duas casas legislativas, sem passar em nenhuma comissão fazendo tudo em plenário.

Para a Fenapef e Sindicatos é necessário continuar a pressão sobre o Governo, tanto para não permitir prejuízos aos policiais na reforma administrativa (PEC 32) que vai começar a tramitar, quanto para conseguir êxitos nas negociações sobre a revisão de pontos da reforma da previdência (pensão por morte, regra de transição), e remuneração do sobreaviso, pontos sinalizados pelo Presidente da República, após a votação da PEC emergencial.

O Diretor jurídico da FENAPEF esclareceu que solicitou parecer jurídico, no sentido de verificar a extensão dos efeitos da PEC 186, que será divulgado oportunamente para conhecimento de todos.

Ao final dos debates e explanações, foi decidido por unanimidade entre a Federação e os 27 sindicatos, a participação hoje (17/03) na carreato em Brasília/DF, proposta pela UPB, como manifestação de descontentamento DA SEGURANÇA PÚBLICA CIVIL, pelo congelamento salarial imposto pela PEC (Emergencial), e pela forma desigual frente ao tratamento dado aos militares das Forças Armadas por este Governo.

Igualmente foi aprovada a continuidade do calendário de mobilização e possíveis manifestações do colegiado da UPB que sejam encaminhadas aos Sindicatos para a execução por intermédio da Fenapef. No entanto, manifestações presenciais têm de ser analisadas criteriosamente pelos sindicatos, em razão de “**lockdown**” em muitos estados brasileiros, e colapso nos sistemas de saúde, devido ao avanço descontrolado da pandemia da Covid-19 em todo território Nacional.

Havendo a necessidade de deliberação em AGE’s estaduais dos sindicatos, estas serão convocadas, com toda a prudência em relação à pandemia da Covid-19.

Recife, 17 de março de 2021

---

Luiz Sergio Pedrosa de Aguiar

Presidente